



Nordeste é um dos destinos mais procurados durante as férias

Nordeste puxa expectativa de alta nas férias de julho

As férias escolares de julho devem aumentar o movimento em bares e restaurantes, principalmente nos estados que recebem maior número de turistas. Levantamento da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) aponta Pernambuco como o estado mais otimista, com 69% dos empresários prevendo aumento no faturamento. Em seguida aparecem Alagoas (68%), Rio Grande do Norte (66%) e Rio de Janeiro (65%). O cenário acompanha o crescimento do turismo no país, que recebeu mais de 4,8 milhões de visitantes internacionais entre janeiro e maio, segundo a Embratur. A maioria dos empresários que espera ampliar as vendas projeta alta de até 20% em relação a um mês comum, indicando uma expansão gradual da demanda durante o período de férias.

Inmet emite alerta de vendaval

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu um alerta de perigo potencial para vendaval que atinge todos os 167 municípios do Rio Grande do Norte. O aviso meteorológico teve início às 0h01 desta quinta-feira (16) e permanece válido até as 23h59 de sábado (18). O alerta é de classificação amarela, o nível mais brando na escala de severidade do órgão. De acordo com o Inmet, as condições climáticas atuais apresentam baixo risco de acidentes nas áreas afetadas.



Aviso de perigo potencial prevê ventos de até 60 km/h

Fiscalização de eventos em Aracaju

O Ministério Público de Sergipe (MPSE), por meio da 5ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju, com atuação na área do meio ambiente, expediu a Recomendação nº 03/2026 com o objetivo de estabelecer medidas preventivas e fiscalizatórias voltadas ao controle da poluição sonora e à preservação do sossego público. A iniciativa, assinada pela Promotora de Justiça Ana Paula Machado Costa Meneses, visa ordenar a realização de eventos festivos de grande porte e mitigar transtornos à mobilidade urbana na capital.

Ação cobra adequações em equipamento

O Ministério Público da Paraíba ajuizou ação civil pública para obrigar a Fundação Espaço Cultural a corrigir irregularidades no Espaço Cultural José Lins do Rego, em João Pessoa. A medida foi adotada após inspeções apontarem falhas no sistema de prevenção e combate a incêndio. O processo pede cronograma das intervenções, execução das adequações e aplicação de multa em caso de descumprimento.

Educação

A Associação de municípios do Ceará e a Secretaria da Educação do Ceará realizaram reunião para alinhar ações voltadas à rede pública. O encontro tratou do fortalecimento da cooperação entre Estado e municípios, com foco em alfabetização, formação de profissionais e apoio às políticas educacionais. As instituições também definiram estratégias.

Reunião

O Ministério Público do Piauí (MPPI), por meio da Promotoria de Justiça de Elesbão Veloso, participou de uma reunião com representantes da concessionária Equatorial Piauí para tratar de melhorias na infraestrutura da rede elétrica dos municípios que integram a comarca. O encontro também teve caráter institucional.

Ação da polícia

A Polícia Civil do Ceará realizou uma operação contra influenciadores digitais investigados por suspeita de promover jogos de azar nas redes sociais. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em municípios da região do Cariri. A investigação apura possível participação dos alvos na divulgação de plataformas ilegais.

Fortalecimento

A Prefeitura de São Mateus (MA) articulou novas parcerias para impulsionar o Projeto Salangô. A iniciativa reúne representantes de órgãos e entidades para discutir medidas voltadas à produção rural e apoio aos agricultores. O objetivo é ampliar as ações previstas para a área e fortalecer o desenvolvimento da atividade no município.

Reconhecimento

A Universidade da Paraíba iniciou a implantação do Reconhecimento de Saberes e Competências para servidores técnico-administrativos. A Progep definiu um calendário com formação das comissões, publicação da norma interna e abertura do sistema. A previsão é que a plataforma esteja disponível até 30 de julho.

Reconstrução

O Tribunal de Contas da União apontou falhas na obra de reconstrução da ponte que liga Maranhão e Tocantins. A fiscalização identificou problemas relacionados ao planejamento e à execução do contrato. O órgão determinou providências para corrigir irregularidades e acompanhar o andamento dos serviços, que seguem sob análise.



Tragédia em Fortaleza revela conflito familiar e mobiliza busca por justiça

Polícia apura morte de bebê com sinais de abuso no Ceará

Prisão de dois suspeitos ocorre sob nova lei que fortalece proteção infantil

Da **Redação**

Uma bebê de 10 meses, chamada Helena, morreu na manhã de segunda-feira (13), após ser levada a uma unidade de saúde em Fortaleza. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará, a criança apresentava sinais compatíveis com violência sexual. O caso é investigado pela Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (Dececa).

Duas pessoas foram presas: o homem apontado inicialmente como padrasto da criança, mas que segundo relato da mãe se tratava apenas de um “ficante”, e um primo dele. A polícia apura a participação de cada um no caso.

De acordo com a Dececa, os depoimentos da mãe da criança e de um tio serão considerados fundamentais para reconstruir a dinâmica dos fatos e esclarecer a atuação dos investigados.

Helena foi sepultada na terça-feira (14/7).

EMBATE PÚBLICO

Dois dias após a morte, o pai da bebê publicou mensagens nas redes sociais acusando a mãe da criança e familiares de mentirem sobre o caso e cobrando justiça. Ele

também afirmou estar impedido de ver o outro filho que tem com a mulher e prestou homenagem à filha, lamentando a perda. As declarações repercutiram nacionalmente, mas ainda não há decisão judicial que incrimine a mãe.

LEI REFORÇA PROTEÇÃO

O caso ocorre poucos meses após a entrada em vigor da Lei nº 15.353/2026, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada em 8 de março. A norma altera o Código Penal para tornar expressa e absoluta a presunção de vulnerabilidade das vítimas de estupro menores de 14 anos e de pessoas sem capacidade de discernimento.

Para o advogado criminalista e professor Amaury Andrade, a principal mudança promovida pela nova legislação é restringir interpretações que relativizem a condição de vulnerabilidade da vítima durante o julgamento.

Segundo o especialista, a lei não cria novos crimes nem aumenta as penas previstas para estupro de vulnerável, mas amplia a segurança jurídica ao impedir que aspectos da vida privada da vítima sejam considerados para reduzir a gravidade da conduta investigada.